

A saúde pede socorro

A Organização Mundial da Saúde publicou relatório inédito sobre os sistemas de saúde de 191 países. A pesquisa baseou-se em itens como eficácia da rede de atendimento, custo por habitante e capacidade de promover justiça social. Entre as quase duas centenas de nações, o Brasil aparece no constrangedor 125º lugar.

Alguns questionam a metodologia do estudo. Alegam a existência de um elenco de indicadores com informações superpostas, levando a contagem múltipla do mesmo fato. Lembram, também, falhas no recolhimento e atualidade dos dados. Os deslizes responderiam pelas surpresas da classificação. Explicariam por que a Colômbia está mais bem colocada no ranking que Canadá, Finlândia e Dinamarca. Ou por que países extremamente pobres ou envolvidos em guerra, como Nicarágua, Bósnia e Iraque, figurem à frente do Brasil.

Cabe à OMS dar explicações sobre os critérios adotados. Talvez haja algo errado. Mas um fato é inegável. A saúde vai mal no Brasil. O próprio ministro José Serra reconheceu, em artigo publicado ontem neste jornal, que não se surpreende com a posição desfavorável do país. Parte dos problemas, diz ele, está fora do âmbito da sua pasta. É consequência da má distribuição de renda, da falta de recursos para o saneamento básico, do aumento da pobreza e os males daí decorrentes.

É verdade. Mas seria ingenuidade ou má-fé ignorar que muitas mazelas têm as raízes no Ministério da Saúde. A questão não consiste necessariamente em destinar

mais verbas ao setor. Mas em administrar os recursos existentes com maior eficiência e seriedade.

Há indicadores que poderiam ser melhorados mediante ação administrativa firme. A insatisfação do usuário com o SUS em boa parte resulta do mau atendimento médico, da escassez de leitos em hospitais, da insuficiência de remédios disponíveis. (A corrupção explica o excesso de uns medicamentos e a falta de outros.) Os doentes se impacientam com os horários dos médicos que passam correndo pelos consultórios, fazem diagnósticos apressados, não raro agravam o mal que deveriam curar.

Os recursos humanos do ministério não fogem à regra geral do serviço público. São quadros insuficientes, pouco motivados e sem a qualificação necessária para a gestão de um sistema de grande escala e complexidade crescente. Entre suas responsabilidades, estão, além da assistência médica, a política dos genéricos, o controle de endemias, a regulação dos planos de saúde, a vigilância sanitária.

Não falta ao país inteligência para resolver as questões. Com vontade e determinação, muitas equações poderão ser resolvidas. Uma delas é o problema do saneamento. Água potável e esgoto são mecanismo de saúde pública. Não podem ser vistos como mais uma obra de engenharia. Mas como importante meio de prevenção e redução das pressões sobre o equipamento hospitalar.

O relatório da OMS pode estar equivocado num ponto ou noutro. Mas pôs o dedo numa chaga aberta. A saúde precisa de UTI.